

ALVAREZ & MARSAL INVESTIMENTOS I S.A.

Relatório de revisão do auditor independente

Informações contábeis intermediárias
Em 30 de junho de 2025

ALVAREZ & MARSAL INVESTIMENTOS I S.A.

Informações contábeis intermediárias
Em 30 de junho de 2025

Conteúdo

Relatório da Administração

Relatório do auditor independente sobre a revisão das informações contábeis intermediárias

Balancos patrimoniais intermediários

Demonstrações intermediárias do resultado

Demonstrações intermediárias do resultado abrangente

Demonstrações intermediárias das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações intermediárias dos fluxos de caixa- método indireto

Demonstrações intermediárias do valor adicionado

Notas explicativas da Administração sobre as informações contábeis intermediárias

Relatório da Administração
ALVAREZ & MARSAL INVESTIMENTOS I S.A.

Referente às informações contábeis intermediárias para o período findo em 30 de junho de 2025

A Administração da Alvarez & Marsal Investimentos I S.A. ("Companhia"), em conformidade com as disposições estatutárias e legais, vem por meio deste apresentar as informações contábeis intermediárias da Companhia, acompanhadas do relatório de revisão dos auditores independentes, referentes ao período findo em 30 de junho de 2025. Abaixo seguem comentários desta Administração sobre os itens que consideram relevantes no desempenho da Companhia.

Histórico

A Companhia é uma sociedade anônima constituída em 18 de maio de 2021, cujo objeto social é a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista e atualmente encontra-se em fase pré-operacional, nos termos do artigo 2º, parágrafo 5º da Instrução CVM nº 480, alterada pela Resolução 59/21 e revogada pela Resolução CVM 80/22.

A Companhia não possui resultados operacionais e não iniciará as operações até a obtenção de recursos financeiros por meio de oferta pública inicial de Units ("Oferta") e até localizar e obter as aprovações necessárias para efetuar uma combinação de negócios com outra(s) sociedade(s) ou aquisição de participação societária que configure ou não controle, direto ou indireto, de outra(s) sociedade(s) ("Combinação de Negócios") em empresas-alvo (targets).

A Companhia obteve o registro de emissor de valores mobiliários - Categoria "A" perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e teve a admissão no segmento especial de listagem denominado Nível 2 de Governança Corporativa da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), a Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal sujeitam-se às disposições do Regulamento de Listagem do Nível 2 de Governança Corporativa da B3 ("Regulamento do Nível 2"). Adicionalmente, após obtenção do registro Categoria "A" perante a CVM, não há um prazo determinado para a realização da Oferta Pública Inicial, a Companhia ainda aguarda o momento adequado para a oferta levando em conta fatores como as condições de mercado e preparação interna.

Continuidade operacional

A Administração determinou que a Companhia tem acesso aos recursos financeiros de sua controladora, que são suficientes para financiar as necessidades de capital de giro até a consumação da Oferta Pública Inicial, quando então a Companhia terá capital de giro suficiente, ou por um período de um ano a partir da aprovação destas informações contábeis intermediárias.

Caso a oferta pública não seja bem-sucedida, o acionista controlador da Companhia se compromete formalmente na alocação de recursos adicionais em montante suficiente para honrar com seus compromissos nos próximos 12 meses após aprovação destas informações contábeis intermediárias.

Com base em sua avaliação, a Administração concluiu que não há incerteza significativa quanto à capacidade da Companhia de continuar em funcionamento no futuro previsível.

Capital social

Em 30 de junho de 2025, o capital social da Companhia era de R\$ 1.000,00 (um mil reais), representado por 1.000 (mil) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa da Companhia, que incluem valores em espécie, depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez resgatáveis em até três meses, totaliza R\$ 3.573 (R\$ 13.364 em 31 de dezembro de 2024).

Partes relacionadas

A Companhia possui o montante de R\$ 4.165.800 (R\$ 4.065.800 em 31 de dezembro de 2024) a pagar a seu controlador, devido a recursos financeiros recebidos para cobrir eventuais despesas relacionadas ao processo de Oferta Pública Inicial. Tais recursos serão integralizados na Companhia quando da efetiva realização da Oferta Pública Inicial de ações, a qual a Administração espera realizar dentro dos próximos 12 meses. A intenção do controlador é que este montante seja capitalizado antes da efetivação da Oferta Pública Inicial.

Exceto pelo valor acima descrito, a Companhia não realizou outras transações com partes relacionadas.

Adicionalmente, não houve remuneração dos membros do Conselho da Administração e dos Diretores da Companhia desde a constituição da Companhia até o período findo em 30 de junho de 2025.

Relacionamento com auditores independentes

A política da Companhia junto aos seus Auditores Independentes, no que diz respeito à prestação de serviços não relacionados a auditoria das informações contábeis intermediárias, está fundamentada nos princípios que preservam a independência do Auditor. Esses princípios se baseiam no fato de que: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente; (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

Com o objetivo de atender às Resoluções CVM 80/2022 e suas respectivas alterações, a Alvarez & Marsal Investimentos I S.A. informa que a BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda., prestadora dos serviços de auditoria externa à Companhia, não prestou serviços não relacionados à auditoria externa ou revisão das informações contábeis intermediárias dos períodos findos em 31 de março de 2025 ou 30 de junho de 2025, que possam levar a existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade dos serviços de auditoria prestados.

Declaração dos diretores

Em observância ao artigo 25, incisos V e VI da Instrução CVM nº 480/09, alterada pela Resolução 59/21 e revogada pela Instrução CVM nº 80/22, os diretores declaram que reviram, discutiram e concordam com a conclusão expressa no Relatório de Revisão dos Auditores Independentes sobre as informações contábeis intermediárias para o período findo em 30 de junho de 2025.

A Diretoria

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE A REVISÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Alvarez & Marsal Investimentos I S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Alvarez & Marsal Investimentos I S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2025, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2025, e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, para o período de três e seis meses findos naquela data e, das demonstrações das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

A Diretoria da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, assim como pela apresentação dessas informações de maneira condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Revisão de Informações Contábeis Intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de informações contábeis intermediárias executada pelo auditor da Entidade e "ISRE 2410 - *Review of interim financial information performed by the independent auditor of the entity*", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas Informações Trimestrais (ITR) acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o NBC TG 21 (R4) e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de maneira condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).



Outros assuntos

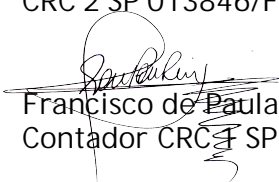
Informações Intermediárias do Valor Adicionado (DVA)

As informações contábeis intermediárias acima referidas incluem as Informações Intermediárias do Valor Adicionado (DVA), referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins do IAS 34. Essas informações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações contábeis intermediárias, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas Informações Intermediárias do Valor Adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e de maneira consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 14 de agosto de 2025.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/F


Francisco de Paula dos Reis Júnior
Contador CRC 4 SP 139268/O-6 - S - RJ

ALVAREZ & MARSAL INVESTIMENTOS I S.A.

Balanços patrimoniais

Em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Em Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota explicativa	30/06/2025	31/12/2024		Nota explicativa	30/06/2025	31/12/2024
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.573	13.364	Fornecedores	5	17.033	11.222
Impostos a recuperar		113	112	Impostos e contribuições a recolher		1.052	1.555
		3.686	13.476	Transações com partes relacionadas	6.2	4.165.800	4.065.800
						4.183.885	4.078.577
				Patrimônio líquido			
				Capital social	7.a	1.000	1.000
				(-) Prejuízos acumulados		(4.181.199)	(4.066.101)
						(4.180.199)	(4.065.101)
Total do ativo		3.686	13.476	Total do passivo e patrimônio líquido		3.686	13.476

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias

ALVAREZ & MARSAL INVESTIMENTOS I S.A.

Demonstrações intermediárias do resultado

Para os períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2025 e 2024

(Em Reais)

	Nota explicativa	01/04/2025 a 30/06/2025	01/01/2025 a 30/06/2025	01/04/2024 a 30/06/2024	01/01/2024 a 30/06/2024
Despesas operacionais					
Gerais e administrativas	8	(43.618)	(113.262)	(96.539)	(133.325)
Prejuízo antes do resultado financeiro		(43.618)	(113.262)	(96.539)	(133.325)
Receitas financeiras		6	9	129	167
Despesas financeiras		(1.005)	(1.845)	(920)	(1.610)
Resultado financeiro líquido		(999)	(1.836)	(791)	(1.443)
Prejuízo antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		(44.617)	(115.098)	(97.330)	(134.768)
Prejuízo do período		<u>(44.617)</u>	<u>(115.098)</u>	<u>(97.330)</u>	<u>(134.768)</u>
Resultado por ação - básico e diluído (R\$)	9	<u>(44,62)</u>	<u>(115,10)</u>	<u>(97,33)</u>	<u>(134,77)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias

ALVAREZ & MARSAL INVESTIMENTOS I S.A.

Demonstrações intermediárias do resultado abrangente

Para os períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2025 e 2024

(Em Reais)

	01/04/2025 a 30/06/2025	01/01/2025 a 30/06/2025	01/04/2024 a 30/06/2024	01/01/2024 a 30/06/2024
Prejuízo do período	(44.617)	(115.098)	(97.330)	(134.768)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do período, líquido de impostos	<u>(44.617)</u>	<u>(129.758)</u>	<u>(97.330)</u>	<u>(134.768)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias

ALVAREZ & MARSAL INVESTIMENTOS I S.A.

Demonstração intermediária das mutações do patrimônio líquido
Para os períodos findos em 30 de junho de 2024 e 2023
(Em Reais)

	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízos Acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2024	1.000	(1.001.529)	(1.000.529)
Prejuízo do período	-	(134.768)	(134.768)
Saldos em 30 de junho de 2024	<u>1.000</u>	<u>(1.136.297)</u>	<u>(1.135.297)</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2025	1.000	(4.066.101)	(4.065.101)
Prejuízo do período	-	(115.098)	(115.098)
Saldos em 30 de junho de 2025	<u>1.000</u>	<u>(4.181.199)</u>	<u>(4.180.199)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias

ALVAREZ & MARSAL INVESTIMENTOS I S.A.

Demonstrações intermediárias dos fluxos de caixa - método indireto Período de seis meses findo em 30 de junho de 2025 e 2024 (Em Reais)

	<u>30/06/2025</u>	<u>30/06/2024</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do período	<u>(115.098)</u>	<u>(134.768)</u>
	(115.098)	(134.768)
Variação em contas de ativo e passivo		
Impostos a recuperar	(1)	(35)
Fornecedores a pagar	5.811	10.496
Impostos e contribuições a recolher	<u>(503)</u>	<u>83</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(109.791)	(124.225)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Transações com partes relacionadas	<u>100.000</u>	<u>120.000</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	100.000	120.000
Redução de caixa e equivalentes de caixa	<u>(9.791)</u>	<u>(4.225)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	13.364	9.475
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	3.573	5.250
Redução de caixa e equivalentes de caixa	<u>(9.791)</u>	<u>(4.225)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias

ALVAREZ & MARSAL INVESTIMENTOS I S.A.

Demonstrações intermediárias do valor adicionado Período de seis meses findo em 30 de junho de 2025 e 2024 (Em Reais)

	<u>30/06/2025</u>	<u>30/06/2024</u>
Insumos adquiridos de terceiros		
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	<u>(113.262)</u>	<u>(133.325)</u>
Valor adicionado bruto	<u>(113.262)</u>	<u>(133.325)</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	9	167
Valor adicionado total a distribuir	<u><u>(113.253)</u></u>	<u><u>(133.158)</u></u>
Distribuição do valor adicionado		
Remuneração de capitais de terceiros		
Outros	<u>1.845</u>	<u>1.610</u>
	1.845	1.610
Remuneração de capitais próprios		
Prejuízos retidos do período	(115.098)	(134.768)
Valor adicionado total distribuído	<u><u>(113.253)</u></u>	<u><u>(133.158)</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias

1. Informações gerais

1.1. Alvarez & Marsal Investimentos I S.A.

A Alvarez & Marsal Investimentos I S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima por ações, constituída por meio de Assembleia geral de Constituição realizada em 18 de maio de 2021, tem sede na Cidade de São Paulo - SP, na Rua Surubim, nº 372 - 3º andar.

Com a admissão da Companhia no segmento especial de listagem denominado Nível 2 de Governança Corporativa da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), a Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal sujeitam-se às disposições do Regulamento de Listagem do Nível 2 de Governança Corporativa da B3 (“Regulamento do Nível 2”). Adicionalmente, após obtenção do registro Categoria “A” perante a CVM, não há um prazo determinado para a realização da Oferta Pública Inicial, a Companhia ainda aguarda o momento adequado para a oferta levando em conta fatores como as condições de mercado e preparação interna.

A Companhia foi constituída, com o propósito de servir como veículo de investimentos da Alvarez & Marsal Assessoria Financeira para Situações Especiais Ltda. para ativos alternativos com potencial assimetria de valor.

O objeto social da Companhia consiste na participação em outras sociedades, como sócia ou acionista.

A capacidade da Companhia de iniciar as operações depende da obtenção de recursos financeiros adequados por meio de uma Oferta Pública.

As informações contábeis intermediárias foram aprovadas para emissão pela Diretoria em 14 de agosto de 2025.

1.2. Alvarez & Marsal

A Alvarez & Marsal Inc. (A&M) foi fundada em Nova York em 1983. No Brasil, a Alvarez & Marsal consultoria empresarial do Brasil Ltda. (A&M Brasil) atua desde 2004 e é reconhecida como um dos principais players do mercado de consultoria empresarial, contando com escritórios em São Paulo, no Rio de Janeiro e em Belo Horizonte e mais de 700 funcionários.

Hoje em dia, a Alvarez e Marsal Inc. (A&M) é uma companhia multinacional, com mais de 35 anos de experiência nas áreas de reestruturação, turnaround operacional e financeiro, melhoria de performance, serviços de private equity, assessorias tributárias, de transações, regulatórias, de riscos e de disputas e investigações, dentre outros, e conta com mais 5 mil funcionários espalhados por mais de 65 escritórios em 25 países diferentes. A A&M atende a uma série de clientes diferentes, dentre os quais companhias abertas e privadas, investidores de private equity e crédito, instituições financeiras, escritórios de advocacia, governos e entidades sem fins lucrativos.

A A&M Brasil iniciou suas operações focada em serviços de reestruturação e turnaround operacional e financeiro e atuou em grande parte dos principais casos de reestruturação empresarial brasileiros. Assim como na sua expansão internacional, a A&M Brasil passou a diversificar seu portfólio de produtos, criando as práticas de administração judicial e assessoria tributária e de transações em 2014, melhoria de performance e projetos de infraestrutura e capital em 2017 e em 2018 criou a área de assessoria financeira e situações especiais (Financial Advisory and Special Situations - FASS), atuando para seus clientes na assessoria financeira, de M&As e reestruturação, e na análise e prospecção de investimentos em situações especiais. Hoje a A&M Brasil possui um portfólio completo de serviços empresariais e assessora companhias abertas e privadas, investidores de private equity e crédito, instituições financeiras, escritórios de advocacia e governos no mercado local.

2. Base de preparação e resumo das políticas contábeis materiais

2.1. Base de elaboração e preparação

Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As informações contábeis intermediárias foram preparadas conforme Pronunciamento Técnico CPC 21 - Demonstração intermediária e também de acordo com o IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), assim como com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards), ou "IFRS" emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS" (IFRS® Accounting Standards)), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee (IFRIC® Interpretations) ou pelo seu órgão antecessor, Standing Interpretations Committee (SIC® Interpretations) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As informações contábeis intermediárias da Companhia estão sendo apresentadas em conformidade com a Orientação Técnica do CPC sobre a Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil Financeiros de Propósito Geral (OCPC 07 e Resolução CVM nº 189), que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidenciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A Administração da Companhia informa que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias e que estas correspondem às utilizadas na sua gestão do negócio.

As políticas contábeis materiais adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e as Normas Brasileiras de Contabilidade, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) com base nos pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), também aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

As informações contábeis intermediárias estão apresentadas em Reais, que também é a moeda funcional da Companhia.

A Companhia necessita de recursos financeiros para cumprir suas obrigações previstas a partir da data de aprovação destas informações contábeis intermediárias.

2.2. Continuidade operacional

Em conexão com a avaliação de continuidade operacional da Companhia, a administração determinou que a Companhia tem acesso aos recursos financeiros de sua controladora (conforme nota explicativa 6) que são suficientes para financiar as necessidades de capital de giro até a consumação da Oferta Pública Inicial, quando então a Companhia terá capital de giro suficiente, ou por um período de um ano a partir da aprovação destas informações contábeis intermediárias.

A continuidade operacional da Companhia está sujeita à viabilidade do projeto. Apesar de, em 2021, ter tido o pedido de registro na CVM deferido, a abertura de capital da Companhia ainda está sujeita à fatores externos como condições políticas, condições econômicas e de mercado favoráveis no Brasil e no exterior, e aos procedimentos inerentes à realização das ofertas públicas. Até o presente momento, considerando as condições atuais do mercado, apesar de esperar que o IPO ocorra dentro dos próximos 12 meses, a data de realização da oferta ainda não foi definida pela Administração.

No entanto, caso a oferta pública não seja bem-sucedida, o acionista controlador da Companhia se compromete formalmente na alocação de recursos adicionais em montante suficiente para honrar com seus compromissos nos próximos 12 meses após aprovação destas informações contábeis intermediárias.

Com base em sua avaliação, a Administração concluiu que não há incerteza significativa quanto à capacidade da Companhia de continuar em funcionamento no futuro previsível. Portanto, as informações contábeis intermediárias da Companhia foram preparadas no pressuposto de continuidade.

2.3. Base de mensuração

As informações contábeis intermediárias foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

2.4. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas informações contábeis intermediárias foram preparadas e estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia, exceto quando indicado de outra forma.

2.5. Uso de estimativas e julgamentos

Na elaboração das informações contábeis intermediárias é necessário realizar julgamentos e utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas continuamente.

2.6. Novas normas e interpretações

As emissões/alterações de normas emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS" (IFRS® Accounting Standards)), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee (IFRIC® Interpretations) ou pelo seu órgão antecessor, Standing Interpretations Committee (SIC® Interpretations) que são efetivas para o exercício iniciado em 2025 não tiveram impactos nas informações contábeis intermediárias da Companhia. Adicionalmente, o IASB emitiu/revisou algumas normas IFRS, as quais tem sua adoção para o exercício de 2026 ou após, e a Companhia está avaliando os impactos em suas informações contábeis intermediárias da adoção destas normas.

- Alterações à classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações às IFRS 9 e IFRS 7): esclarece aspectos relacionados ao tratamento contábil de desreconhecimento passivos financeiros, classificação de ativos financeiros e divulgações relacionadas. Esta alteração na norma é efetiva para exercícios que se iniciam em /ou após 1º de janeiro de 2026. A Companhia está avaliando os impactos em suas Demonstrações Contábeis da adoção desta alteração nas normas;
- Alteração das normas IFRS 9 e IFRS 7: Contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza. Esclarece aspectos relacionados a aplicação e divulgação de contratos de compra e venda expostos a variação na geração de eletricidade dependente de condições naturais não controláveis e instrumentos financeiros relacionados. Esta alteração nas normas é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2026. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis;
- Emissão da Norma IFRS 18 - Apresentação e divulgação das demonstrações contábeis: esta nova norma contábil substituirá o IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, introduzindo novos requisitos que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de entidades semelhantes e fornecerão informações mais relevantes e transparência aos usuários. Embora o IFRS 18 não tenha impacto no reconhecimento ou mensuração de itens nas demonstrações contábeis, espera-se que seus impactos na apresentação e divulgação sejam generalizados, em particular aqueles relacionados à demonstração do desempenho financeiro e ao fornecimento de medidas de desempenho definidas pela administração dentro das demonstrações contábeis. Esta norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2027. A Companhia está avaliando os impactos em suas Demonstrações Contábeis da adoção desta norma;

- Emissão da Norma IFRS 19 - Subsidiárias sem Obrigação Pública de Prestação de Contas - Divulgações: esta nova norma permite que certas subsidiárias elegíveis de entidades controladoras que reportam sob IFRS apliquem requisitos de divulgação reduzidos. Esta norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2027. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis;
- Melhorias anuais nas normas IFRS: efetua alterações nas normas IFRS 1, abordando aspectos de primeira adoção relacionados a contabilidade de hedge; IFRS 7, abordando aspectos de ganhos e perdas na reversão de um instrumento financeiro, divulgações de risco de crédito e diferença entre valor justo e preço da transação; IFRS 9, abordando aspectos relacionados a reversão de passivos de arrendamento mercantil e preço de transação; IFRS 10, abordando a determinação do "de facto agent" e IAS 7, abordando aspectos relacionados ao método de custo. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2026. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis.

3. Políticas contábeis materiais

a) Instrumentos financeiros e instrumentos financeiros derivativos

Instrumentos financeiros

As transações financeiras existentes envolvem ativos e passivos usuais e pertinentes à sua atividade econômica, particularmente aplicações financeiras com vencimentos de curto prazo e de liquidez imediata. Essas transações são apresentadas no balanço pelos valores de custo, acrescidas das respectivas apropriações de receitas e despesas que, tendo em vista a natureza das transações e os seus períodos de vencimento, se aproximam dos valores de mercado. A Companhia não possui instrumentos financeiros classificados no Nível 1, 2 e 3 de hierarquia, e a classificação dos seus ativos e passivos correspondem ao custo amortizado.

Instrumentos financeiros derivativos

Durante o período findo em 30 de junho de 2025 a Companhia não executou transações envolvendo instrumentos financeiros na forma de derivativos.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem os numerários em espécie, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, resgatáveis em até três meses ou menos, com risco insignificante de mudança de valor justo e com o objetivo de atender a compromissos de curto prazo.

c) Outras contas receber (circulante e não circulante)

Estas são demonstradas ao valor de custo ou de realização, dos dois, o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetários auferidos.

d) Custos antecipados associados ao processo de oferta pública inicial

Os custos antecipados constituíam-se de honorários advocatícios, contábeis e outros custos incorridos que estão diretamente relacionados ao processo de Oferta Pública Inicial e que serão apropriados ao patrimônio líquido, logo seja concluído o processo de captação, ou baixado para resultado do período caso a transação não se concretize. O valor dos custos antecipados referente ao processo de Oferta Pública Inicial em 30 de junho de 2025 era R\$ 0 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2024).

Dada a incerteza quanto à data de realização da oferta pública, a Companhia realizou uma provisão no valor integral dos custos antecipados incorridos associados ao processo de oferta pública inicial, que poderá ser revertida no futuro quando as condições mudarem, uma vez que até o momento, não há nenhuma alteração legal ou regulatória que demande alterações ou revisões dos trabalhos já realizados e prejudique a utilização dos custos antecipados em uma futura Oferta Pública Inicial. O detalhe sobre o processo de Oferta Pública Inicial da Companhia consta na nota explicativa nº 2.2.

No momento da Oferta Pública Inicial, a Companhia ainda pretende apropriar esses recursos ao seu Patrimônio Líquido ou baixá-los para o resultado do período no momento da oferta.

e) Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

Notas explicativas da Administração sobre as informações contábeis intermediárias

Período findo em 30 de junho de 2025

(Em Reais)

f) Provisões para contingências

As provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência e uma estimativa razoável possa ser feita. Entretanto, em 30 de junho de 2025, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise da Administração da Companhia, não existiam demandas judiciais com expectativa de perda provável ou possível, por isto nenhuma provisão foi constituída e não há saldos a serem mencionados.

g) Apuração do resultado

Adota-se o regime de competência mensal para a contabilização das despesas do exercício.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	30/06/2025	31/12/2024
Banco conta movimento	3.573	13.364
	<u>3.573</u>	<u>13.364</u>

5. Fornecedores

Descrição	30/06/2025	31/12/2024
Fornecedores - prestação de serviços	17.033	11.222
	<u>17.033</u>	<u>11.222</u>

O saldo referente a fornecedores corresponde à prestação de serviços contábeis e de auditoria, e serviços prestados por assessores e consultores jurídicos.

6. Partes relacionadas

6.1. Remuneração do pessoal-chave

Não houve remuneração dos Diretores e Conselho de Administração no período findo em 30 de junho de 2025.

6.2. Transações com partes relacionadas

A Companhia possui o montante de R\$4.165.800 (R\$4.065.800 em 31 de dezembro de 2024) a pagar ao seu controlador devido a recursos financeiros recebidos para cobrir eventuais despesas relacionadas ao processo de Oferta Pública Inicial. Tais recursos serão integralizados na Companhia pelos seus valores originais quando da Oferta Pública Inicial, a qual a Administração da Companhia espera realizar dentro dos próximos 12 (doze) meses.

7. Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 30 de junho de 2025, o capital da Companhia era de R\$ 1.000,00, representando por 1.000,00 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

O Conselho de Administração fica autorizado, dentro do limite do capital autorizado previsto e nos termos estabelecidos em Lei e no Estatuto Social, independentemente de alteração estatutária, a deliberar pela emissão de novas ações, bônus de subscrição e/ou debêntures conversíveis em ações da Companhia.

O capital social poderá ser aumentado independentemente de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração, até o limite global de R\$ 3.000.000.000 (três bilhões de reais). As ações assim emitidas poderão ser de qualquer espécie ou classe, inclusive resgatáveis, prevista no Estatuto Social da Companhia, observado, em qualquer caso, o limite previsto no artigo 15, §2º, da Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"). Competirá ao Conselho de Administração estabelecer as condições da emissão, inclusive preço, prazo e forma de integralização dos aumentos do capital social realizados dentro do limite do capital autorizado aqui estabelecido. Ocorrendo subscrição com integralização em bens, a competência para o aumento de capital será da Assembleia Geral, ouvido o Conselho Fiscal, caso instalado.

8. Despesas gerais e administrativas

Descrição	01/04/2025 a 30/06/2025	01/01/2025 a 30/06/2025	01/04/2024 a 30/06/2024	01/01/2024 a 30/06/2024
Serviços contábeis e de auditoria	(43.618)	(97.547)	(76.420)	(113.206)
Taxas e multas	-	(15.716)	(15.716)	(15.716)
Outros	-	-	(4.403)	(4.403)
Total	<u>(43.618)</u>	<u>(113.262)</u>	<u>(96.539)</u>	<u>(133.325)</u>

Notas explicativas da Administração sobre as informações contábeis intermediárias

Período findo em 30 de junho de 2025

(Em Reais)

9. Resultado por ação

A tabela a seguir estabelece o cálculo do resultado por ação (em reais):

Descrição	01/04/2025 a 30/06/2025	01/01/2025 a 30/06/2025	01/04/2024 a 30/06/2024	01/01/2024 a 30/06/2024
Prejuízo do período atribuído aos acionistas da Companhia	(44.617)	(115.098)	(97.330)	(134.768)
Média ponderada do número de ações	1.000	1.000	1.000	1.000
Resultado básico e diluído por ação (R\$)	<u>(44,62)</u>	<u>(115,10)</u>	<u>(97,33)</u>	<u>(134,77)</u>